

## CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

### **CARGO: ADMINISTRADOR**

#### **LÍNGUA PORTUGUESA:**

Será avaliada a capacidade de:

1) Leitura e compreensão de diferentes gêneros textuais:

- Ler, compreender e interpretar textos diversos de diferentes gêneros, compostos por diferentes linguagens, redigidos em Língua Portuguesa e produzidos em situações diferentes e sobre temas diferentes.
- Reconhecer marcas argumentativas, identificando estratégias utilizadas e efeitos de sentido.
- Identificar as diferentes partes constitutivas de um texto, de seus principais tópicos e das relações estabelecidas entre essas partes.
- Identificar o sentido global de um texto.
- Identificar fato e opinião.
- Identificar objetivos discursivos do texto (informar, argumentar, relatar, expor, orientar, promover humor etc.).
- Identificar elementos que permitam relacionar o texto lido a outro texto ou a outra parte do mesmo texto (intertextualidade).
- Inferir o sentido de palavras e/ou expressões a partir do contexto.
- Estabelecer relações de sentido entre os diversos segmentos do próprio texto e entre textos diferentes.
- Estabelecer articulação entre informações textuais, inclusive as que dependem de pressuposições e inferências (semânticas, pragmáticas) autorizadas pelo texto, para dar conta de ambiguidades, ironias e opiniões do autor.

- Reconhecer marcas linguísticas necessárias à compreensão do texto (mecanismos anafóricos e dêiticos, operadores lógicos e argumentativos, marcadores de sequenciação do texto, marcadores temporais, formas de indeterminação do agente).
- Identificar mecanismos de coesão e de coerência textuais presentes em gêneros textuais diversos.
- Reconhecer e analisar, em textos dados, a função morfossintática das classes de palavras e os efeitos de sentido (s) decorrentes desse uso.
- Reconhecer e analisar os recursos linguísticos que concorrem para o emprego da língua em diferentes funções, especialmente no que se refere ao uso dos pronomes, dos modos e tempos verbais e ao uso das vozes verbais.
- Reconhecer a importância da organização gráfica e diagramação para a coesão e coerência de um texto.
- Identificar variedades e adequação de linguagem.
- Analisar as características linguísticas próprias de textos multissemióticos.
- Estratégias de argumentação e posicionamento autoral em gêneros diversos

## 2) Conhecimentos linguístico-textuais:

- Identificar e empregar recursos linguísticos próprios da língua escrita formal em gêneros diversos: pontuação, ortografia, concordância nominal e verbal, regência nominal e verbal, colocação pronominal, estruturação de orações e períodos.
- Reconhecer a significação de palavras e expressões. Relações semânticas, lógicas e enunciativas entre palavras, expressões e frases.

### **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA(\*):**

ANTUNES, I. **Lutar com palavras**: coesão e coerência. São Paulo: Parábola, 2005.

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola, 2010.

BECHARA, E. **Gramática escolar da língua portuguesa**. 2. ed. ampl. e atual. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

CASTILHO, A. T. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Lições de texto**: leitura e redação. São Paulo: Ática, 2006.

FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. **Para entender o texto**. 17. ed. São Paulo: Ática, 2007.

KOCH, I. G. V. **Argumentação e linguagem**. 11. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

KOCH, I. G. V. **A coesão textual**. São Paulo: Contexto, 2013.

KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. **A coerência textual**. São Paulo: Contexto, 2009.

KOCH, I. G. **O texto e a construção dos sentidos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

KOCH, I. G.; ELIAS, V. M. **Ler e compreender**: os sentidos do texto. São Paulo: Contexto, 2006.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola, 2020.

NEVES, M. H. M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 2004. 160 p.

ROJO, R.; MOURA, E. **Letramentos, mídias, linguagens**. São Paulo: Parábola Editorial, 2019.

(\*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.

## **MATEMÁTICA:**

O candidato deve demonstrar conhecimentos que lhe permitam a utilização do conhecimento Matemático básico tanto em aplicações abstratas quanto em situações práticas.

- Demonstrar capacidade de raciocínio lógico e dedutivo.
- Deverá ser capaz de construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, da produção tecnológica.
- Enfrentar situações problema: selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representadas de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações problema.
- Construir argumentação: relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.
- Compreender o caráter aleatório e não-determinístico de fenômenos naturais e sociais.

1. **CONJUNTOS.** Representação de um conjunto. Relações de pertinência e inclusão. Igualdade de conjuntos. Subconjuntos. Conjunto universo. Conjunto das partes de um conjunto. Operações com conjuntos: união, interseção, diferença e complementar. Produto cartesiano. Diagrama de Venn. Número de elementos de um conjunto.
2. **CONJUNTOS NUMÉRICOS.** Números naturais e inteiros: operações fundamentais, critérios de divisibilidade, máximo divisor comum, mínimo múltiplo comum, decomposição em fatores primos. Números reais: operações fundamentais, potenciação e radiciação, valor absoluto, intervalos.
3. **UNIDADES DE MEDIDAS.** Medidas de comprimento, superfície, volume, capacidade, massa, ângulo, energia, informática e tempo. Transformações das unidades de medidas.

4. **MATEMÁTICA FINANCEIRA.** Razões e proporções. Números e grandezas proporcionais. Regra de três simples e composta. Porcentagens. Juros simples e compostos.
5. **GEOMETRIA PLANA.** Semelhança e congruência de figuras planas. Triângulos e polígonos. Circunferência e círculo. Relações métricas em triângulos, círculos e polígonos regulares. Área de polígonos. Área do círculo e de figuras circulares.
6. **GEOMETRIA NO ESPAÇO.** Estudo e cálculo de áreas e volumes dos sólidos: prisma, pirâmide, cilindro, cones e os respectivos troncos e esfera.
7. **FUNÇÕES.** Conceito de função. Domínio, contradomínio, imagem. Gráficos. Composição de funções. Funções crescentes e decrescentes. Função inversa. Função afim, funções polinomiais de primeiro e segundo grau, função exponencial, função logarítmica e seus respectivos gráficos.
8. **SISTEMA DE EQUAÇÕES LINEARES.** Sistemas lineares homogêneos e não homogêneos. Resolução de sistemas lineares: escalonamento, regra de Cramer. Sistemas equivalentes. Sistemas determinados, indeterminados e impossíveis.
9. **PRINCÍPIOS BÁSICOS DE ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE.** Princípio fundamental da contagem, arranjos, combinações, permutações simples e permutações com repetição. Probabilidade da união de eventos, independência de eventos e probabilidade condicional.
10. **NOÇÕES DE ESTATÍSTICA.** População, amostra, distribuição de frequência, média, moda, mediana, interpretação de gráficos e de tabelas.
11. **RACIOCÍNIO LÓGICO.** Noções básicas da lógica matemática: proposições, problemas com tabelas e argumentação. Tabelas Verdade, resolução de problemas.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA(\*):**

- ALENCAR FILHO, Edgard de. Iniciação à lógica matemática. São Paulo, SP: Nobel, 2002.
- BARROSO, J. M. Conexões com a matemática: ensino médio. São Paulo: Moderna, 2011.
- DANTE, L. R. Matemática: contexto & aplicações: ensino médio. São Paulo: Ática, 2011.
- DEGENSZAJN, D. et al. Matemática, ciência e aplicações: ensino médio. São Paulo: Saraiva, 2010.
- DINIZ, M. I.; SMOLE, K. S. Matemática ensino médio. São Paulo: Saraiva, 2011.
- HUGHES-HALLETT, D. et al. Cálculo e aplicações. São Paulo: E. Blücher, 2009. 329 p.
- LARSON, R. E. et al. Cálculo com aplicações. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1998. 711 p.
- MORAES JUNIOR, José Jayme; LIMA, Alexandre. Raciocínio lógico: incluindo matemática, matemática financeira e estatística. São Paulo, SP: Método, 2011.
- PAIVA, M. Matemática: Paiva: ensino médio. São Paulo: Moderna, 2009.
- RIBEIRO, J. Matemática, ciência, linguagem e tecnologia: ensino médio. São Paulo: Scipione, 2011.
- SOUZA, J. Novo olhar: matemática: ensino médio. São Paulo: FTD, 2011.

**(\*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.**

## **LEGISLAÇÃO:**

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, (artigos 1º até 5º; artigos 37 até 41; artigos 205 até 214; artigos 218 e 219)

Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas Federais: Lei nº 8.112, de 11/12/1990 e suas alterações.

Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal: Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa: Lei Nº 8.429, de 2 de junho de 1992 e suas alterações.

Lei de Acesso à Informação: Lei nº 12.527 de 18 de novembro de 2011

Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal: Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994 e suas alterações.

Ligações e contratos Administrativos: Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Organização da Administração Pública Federal: Decreto Lei 200, de 25 de fevereiro de 1967

Direitos do Usuário dos Serviços Públicos: Lei 13.460 de 26 de junho de 2017

Regimento Geral da Universidade Federal de Lavras: Resolução Normativa CUNI nº. 178, de 10 de dezembro de 2025.

Estatuto da Universidade Federal de Lavras: Resolução CUNI nº. 177, de 10 de dezembro de 2025.

## **BIBLIOGRAFIA SUGERIDA(\*):**

BRASIL. **Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994.** Aprova o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 23 jun. 1994. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1171.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1171.htm). Acesso em: 16 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8112compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112compilado.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 8.429, 02 de junho de 1992.** Dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal; e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 03 jun. 1992. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8429.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8429.htm). Acesso em: 16 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 29 de jan. 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9784.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9784.htm). Acesso em: 26 mar. 2025.

**BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 13.460 de 26 de junho de 2017.** Dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13460.htm). Acesso em: 16 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.** Estabelece normas gerais de licitação e contratação para a administração pública. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 abr. 2021. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm). Acesso em: 26 mar. 2025.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Resolução CUNI nº 177, de 10 de dezembro de 2025.** Dispõe sobre o Estatuto da Universidade Federal de Lavras. Boletim de Serviço Eletrônico; Diário Oficial da União: seção 1, p. 73, 17 dez. 2025; Disponível em: [https://sei.ufla.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=731926&id\\_orgao\\_publicacao=0](https://sei.ufla.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=731926&id_orgao_publicacao=0). Acesso em: 17 dez. 2025.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS. Conselho Universitário. Resolução Normativa CUNI nº 178, de 10 de dezembro de 2025.** Dispõe sobre o Regimento Geral da Universidade Federal de Lavras. Boletim de Serviço Eletrônico, 17 dez. 2025. Disponível em: [https://sei.ufla.br/sei/publicacoes/controlador\\_publicacoes.php?acao=publicacao\\_visualizar&id\\_documento=732286&id\\_orgao\\_publicacao=0](https://sei.ufla.br/sei/publicacoes/controlador_publicacoes.php?acao=publicacao_visualizar&id_documento=732286&id_orgao_publicacao=0). Acesso em: 17 dez. 2025.

**(\*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.**

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS – ÁREA: ADMINISTRADOR**

### **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

- Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais.
- Organização do Estado, entes federativos e estruturas de administração pública direta e indireta.
- Liderança, empreendedorismo, motivação e comportamento organizacional.
- Gestão da inovação.
- Inovação Centrada no Cidadão: Necessidades da sociedade e design de serviços.
- Conceituação de Material e Patrimônio.
- O Patrimônio dos órgãos públicos.
- Gestão de compras, materiais e patrimônio.
- Evolução da Administração Pública (Patrimonialismo, Burocracia e Administração Pública Gerencial).
- Reforma do Estado no Brasil. Estado, Governo e Sociedade.
- Planejamento Estratégico e Planejamento Estratégico Situacional.
- Fundamentos da Governança Pública: Conceitos e Evolução Histórica (Governo vs. Governança).
- Diferença entre Governança, Gestão e Accountability.
- Princípios da governança pública.
- Mecanismos para o exercício da governança pública.
- Gestão de Riscos: Modelos de Gestão de Riscos, Identificação, Avaliação, Resposta, Monitoramento e Comunicação de riscos.
- Gestão de pessoas aplicada ao setor público.
- Integridade: Programa, pilares, plano, medidas.
- Gestão de processos.
- Conceitos da abordagem por processos.
- Acompanhamento e controle de processos.
- Técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos.
- Plano de Desenvolvimento Institucional aplicado ao contexto de instituições federais de ensino superior.
- Estruturas organizacionais e departamentalização.
- Gestão de Programas e Projetos: captação de recursos, elaboração, avaliação e fiscalização de projetos.
- Indicadores de avaliação, eficiência, eficácia e efetividade.

### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

- Regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil: Lei 13.019/2014
- Processo Administrativo: Lei no 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e suas alterações até a data de publicação do Edital.

- Lei de Acesso à Informação: Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011, e suas alterações até a data de publicação do Edital.

## **SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, GOVERNO DIGITAL E RECURSOS INFORMACIONAIS**

- Conceitos Fundamentais: componentes (hardware, software, dados, pessoas, procedimentos) e tipos de sistemas de informação (operacionais, gerenciais, estratégicos).
- Gestão e Governança de TI: Conceitos, práticas e metodologias para alinhar a TI aos objetivos organizacionais e estratégicos.
- Governo Digital e Transformação Digital no Setor Público.
- Conceito e Princípios do Governo Digital: Objetivos, benefícios e princípios basilares, como simplicidade, transparência, participação social e foco nas necessidades do cidadão.
- Estratégias de Transformação Digital: Planejamento e execução de ações para digitalização de serviços públicos, unificação de canais e interoperabilidade de sistemas (como a Rede GOV.BR e Conecta GOV.BR).
- Serviços Públicos Digitais: Desenvolvimento e gestão de plataformas como a Conta GOV.BR e o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), assinatura eletrônica e software público.
- Tecnologias Emergentes: Aplicação de Inteligência Artificial, Big Data, Business Intelligence e geoprocessamento na gestão pública para inovação e eficiência.

## **PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE PÚBLICA**

- O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas.
- Orçamento público. Conceito e Funções do orçamento. Técnicas orçamentárias.
- Princípios orçamentários.
- Ciclo orçamentário.
- Processo orçamentário.
- Plano plurianual.
- Lei de Diretrizes Orçamentárias.
- Lei Orçamentária Anual.
- Créditos ordinários, adicionais e extraordinários.
- Emendas parlamentares.
- Contabilidade Pública: Princípios fundamentais.
- Fatos contábeis e respectivas variações patrimoniais na área pública.
- Receita pública. Conceito e classificações. Estágios e Fontes de Receita.
- Dívida ativa.
- Despesa pública. Conceito e classificações. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Dívida flutuante e fundada. Suprimento de fundos.
- Licitação. Conceito, natureza jurídica, objeto e finalidade de licitações. Abrangência da lei, definições legais e os princípios que regem as contratações públicas.
- Agentes Públicos nas compras públicas.
- Processo licitatório.
- Contratações diretas.
- Instrumentos auxiliares.

- Contrato administrativo para compras na administração pública.
- Irregularidades nas compras na Administração Pública.
- Crimes em licitações e contratos administrativos.
- Planejamento de compras e contratações públicas. Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
- Execução e inexecução. Duração, prorrogação, renovação e extinção. Revisão e rescisão.

**BIBLIOGRAFIA SUGERIDA(\*):**

**BRASIL. Decreto nº 12.572, de 4 de agosto de 2025.** Institui a Política Nacional de Segurança da Informação e dispõe sobre a governança da segurança da informação no âmbito da administração pública federal. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2025/decreto/d12572.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12572.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967.** Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0200.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0200.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Decreto nº 9.203, de 22 de novembro de 2017.** Dispõe sobre a política de governança da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9203.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Decreto nº 12.069, de 21 de junho de 2024.** Dispõe sobre a Estratégia Nacional de Governo Digital e a Rede Nacional de Governo Digital – Rede Gov.br e institui a Estratégia Nacional de Governo Digital para o período de 2024 a 2027. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 24 jun. 2024. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2023-2026/2024/decreto/D12069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/D12069.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lcp/lcp101.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 18 nov. 2011. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014.** Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.** Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 15 ago. 2018. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 14.129, de 29 de março de 2021.** Dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o Governo Digital e para o aumento da eficiência pública e altera a Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a Lei nº 12.682, de 9 de julho de 2012, e a Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 30 mar. 2021. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14129.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.** Estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Diário Oficial da União: seção 1, edição extra, Brasília, DF, 1º abr. 2021. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14133.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021.** Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2019-2022/2021/lei/L14230.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/L14230.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964.** Estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 mar. 1964. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l4320.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4320.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 19 abr. 1991. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8112compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112compilado.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.** Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em:  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9784.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9784.htm). Acesso em: 17 dez. 2025.

**BRASIL. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Manual de contabilidade aplicada ao setor público.** 11. ed. Brasília, 2024. 558 p. Disponível em:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/manual-de-contabilidade-aplicada-ao-setor-publico-mcasp/2025/26>. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos. Secretaria de Serviços Compartilhados. Diretoria de Administração e Logística. **Cartilha do usuário: Sistema Eletrônico de Informações (SEI)**. 10. ed. Brasília, 2023. 205 p. Disponível em: [https://www.gov.br/servicoscompartilhados/pt-br/assuntos/gestao-documental/sistema-eletronico-de-informacoes-sei/arquivo/00-cartilha\\_usuario\\_sei\\_out-23.pdf](https://www.gov.br/servicoscompartilhados/pt-br/assuntos/gestao-documental/sistema-eletronico-de-informacoes-sei/arquivo/00-cartilha_usuario_sei_out-23.pdf). Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Manual de gestão de riscos, controles internos e integridade**. Brasília, 2020. Disponível em: [https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/MANUALDEINTEGRIDADEGESTAODERISCOSECONTROLESINTERNOSMDR\\_V9F.pdf](https://www.gov.br/mdr/pt-br/acesso-a-informacao/governanca/MANUALDEINTEGRIDADEGESTAODERISCOSECONTROLESINTERNOSMDR_V9F.pdf). Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. **Guia de Governança de TIC do SISP. v. 2.0**. Brasília, 2017. Disponível em: [https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/sisp/documentos/arquivos/guia\\_de\\_governanca\\_de\\_tic\\_do\\_sisp\\_v\\_2-0.pdf](https://www.gov.br/governodigital/pt-br/estrategias-e-governanca-digital/sisp/documentos/arquivos/guia_de_governanca_de_tic_do_sisp_v_2-0.pdf). Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Instrução Normativa nº 84, de 22 de abril de 2020**. Estabelece normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, para fins de julgamento pelo Tribunal de Contas da União, e revoga as Instruções Normativas TCU nº 63/2010 e nº 72/2013. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/instrucao-normativa-n-84-de-22-de-abril-de-2020-254756795>. Acesso em: 17 dez. 2025.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Manual de gestão de riscos do TCU**. Brasília, 2020. 48 p. Disponível em: [https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/outros-documentos-externos/tcu\\_manual\\_gestao\\_riscos.pdf](https://www.gov.br/governodigital/pt-br/privacidade-e-seguranca/outros-documentos-externos/tcu_manual_gestao_riscos.pdf). Acesso em: 17 dez. 2025.

CARDOSO, P. A. **Gestão de operações e logística II**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: CAPES; UAB, 2015.

CARVALHO, João Antônio. **Informática para concursos**. Rio de Janeiro: Método, 2021.

CORRÊA, Henrique Luiz; GIANESI, Irineu Gustavo Nogueira. **Administração estratégica de serviços: operações para a satisfação do cliente**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

COSTIN, Claudia. **Administração pública**. Rio de Janeiro: GEN Atlas, 2010.

DUTRA, Joel S. **Gestão de pessoas em empresas e organizações públicas**. Rio de Janeiro: Atlas, 2019.

EMMENDOERFER, M. L. **Inovação e empreendedorismo no setor público**. Brasília: Enap, 2019.

GIACOMONI, James. **Orçamento governamental**: teoria, sistema, processo. São Paulo: Atlas, 2019. 297 p.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 18. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

KOHAMA, Heilio. **Contabilidade pública**: teoria e prática. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

LAURINDO, Alisson Marcelo; TEIXEIRA, Alex Volnei. **A logística na administração pública**: conceitos e métodos. Curitiba: Intersaber, 2019.

MATIAS-PEREIRA, José. **Manual de gestão pública contemporânea**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

MAXIMINIANO, A. C. A.; NOHARA, I. P. **Gestão Pública**: abordagem integrada da administração pública e do direito administrativo. São Paulo: Atlas, 2017.

MONA J. FITZSIMMONS.; FITZSIMMONS, Mona J; JAMES A. FITZSIMMONS. **Administração de serviços**: operações, estratégia e tecnologia da informação. 7. Porto Alegre: Bookman, 2014. E-book.

OLIVEIRA, R. C. R. **Nova lei de licitações e contratos administrativos comparada e comentada**. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2022.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio; TIMBÓ, Maria Zulene Farias. **Contabilidade pública**: uma abordagem da administração pública. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

ROSA, R. A. **Gestão de operações e logística I**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília]: CAPES; UAB, 2015. 158p.

SANT'ANA, T. D. et al. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino . Alfenas: FORPDI, 2017. 130 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/plataformafor/documentos/livroforpdi>. Acesso em: 17 dez. 2025.

SANTOS, Clezio Saldanha dos. **Introdução à gestão pública**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

(\*) A sugestão bibliográfica destina-se a orientar os candidatos. Outras bibliografias, dentro do programa, também poderão ser utilizadas.